

Alan M. Zuffo | Jorge G. Aguilera | Bruno R. de Oliveira

(Organizadores)

CIÊNCIA EM FOCO

Volume III



Pantanal Editora

2020

Alan Mario Zuffo
Jorge González Aguilera
Bruno Rodrigues de Oliveira
(Organizadores)

CIÊNCIA EM FOCO

Volume III



Pantanal Editora

2020

Copyright® Pantanal Editora
Copyright do Texto® 2020 Os Autores
Copyright da Edição® 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora
Edição de Arte: A editora
Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandro Argente-Martínez – ITSON (México)
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Ma. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI
- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Bel. Ana Carolina de Deus

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciência em foco [recurso eletrônico] : volume III / Organizadores Alan Mario Zuffo, Jorge González Aguilera, Bruno Rodrigues de Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020.
78 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-990641-7-3

DOI <https://doi.org/10.46420/9786599064173>

1. Ciência – Pesquisa – Brasil. 2. Pesquisa científica. I. Zuffo, Alan Mario.
II. Aguilera, Jorge González. III. Oliveira, Bruno Rodrigues de.

CDD 001.42

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos livros e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es). O download da obra é permitido e o compartilhamento desde que sejam citadas as referências dos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).

<https://www.editorapantanal.com.br>.

contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

Neste terceiro volume da série *Ciência em Foco* expandimos as áreas de abrangência das pesquisas relatadas, dentre elas a área de farmácia, contábil, jornalismo e estatística, tendo sempre como cerne a divulgação das pesquisas científicas com qualidade e relevância.

No Capítulo I os autores trazem à tona uma discussão sobre a demarcação das Terras Indígenas da Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, que acarretou na adaptação dos produtores de arroz devido à obrigatoriedade de produzirem em áreas menores, e concluem que os produtores tiveram que buscar “se reerguer na atividade promovendo, dessa forma, a sua continuidade por meio de alternativas que fortalecessem a produção como, por exemplo, utilizando cultivares mais produtivas”.

Saindo do Norte para o Nordeste, no semiárido Cearense, no Capítulo II os autores analisam a temperatura e umidade relativa do ar, a fim de avaliar o nível de estresse ambiental ao qual as fêmeas suínas de quatro raças são expostas, pois estes fatores influenciam na produtividade do rebanho, concluindo que para “diminuir os níveis de estresse dos suínos registrados pelas médias de ITU durante a pesquisa, o produtor pode melhorar as instalações da propriedade, com climatização (ventilação, aspersão), de forma que proporcione melhores índices ambientais para os animais”.

Já no Capítulo III os autores emergem discussões sobre as políticas de saúde mental e como o farmacêutico é peça central para as suas aplicações de modo efetivo. Dentre suas conclusões pode-se destacar que a atuação do farmacêutico nos centros de apoio contribui para a boa aceitação dos medicamentos, pois estes profissionais proporcionam uma interação “positiva, fazendo com que os pacientes cheguem mais rápido à recuperação de sua saúde”.

O Capítulo IV traz uma discussão sobre a questão da ética na profissão contábil e sobre as infrações aplicadas aos profissionais que descumprem o código de ética no estado de Goiás. Em sua conclusão os autores ressaltam que “Os resultados apresentados no estudo, em especial ao aspecto de evolução das infrações cometidas, podem levar a duas interpretações: primeira, maior atuação do Conselho, intervindo e registrando todos os atos praticados pelos profissionais; ou, segunda, maior descuido dos contabilistas para com o Código de Ética”.

Discorrendo sobre o trabalho jornalístico nos jornais de alguns sindicatos no estado do Paraná tendo em conta certas características das entidades empregadoras mencionadas, o autor do Capítulo V constata em sua conclusão sobre esse meio de comunicação institucional que “Como instrumentos de comunicação com posicionamentos mais institucionais e de representação da direção da entidade, os jornais analisados indicaram predominância da fala dos dirigentes institucionais como prioritários nos jornais”.

No sexto e último capítulo o autor aborda a questão da violência doméstica e familiar contra a mulher, por meio de uma pesquisa quantitativa sobre a quantidade de solicitações de medidas protetivas, que constituem um dos instrumentos em favor da vítima criado pela Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), e conclui que, embora numericamente a violência doméstica possa ter aumentado mais de 300% no estado de Mato Grosso do Sul, não é possível determinar se o aumento é em decorrência do maior acesso e ciência das mulheres aos seus direitos, ou se realmente a violência aumentou.

Por fim, nós esperamos que cada uma das pesquisas apresentadas possa contribuir efetivamente para nossa sociedade por meio dos resultados apresentados dos problemas abordados.

Os organizadores

SUMÁRIO

→ APRESENTAÇÃO	4
→ CAPÍTULO 1 PRODUÇÃO DE ARROZ NA REGIÃO DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL EM RORAIMA	6
→ CAPÍTULO 2 INFLUÊNCIA DA TEMPERATURA E UMIDADE NA ADAPTABILIDADE DE MATRIZES SUÍNAS NA REGIÃO SEMIÁRIDA DO CARIRI CEARENSE	15
→ CAPÍTULO 3 O FARMACÊUTICO NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: UMA REVISÃO	24
→ CAPÍTULO 4 ÉTICA NA PROFISSÃO CONTÁBIL: INFRAÇÕES E PENALIDADES APLICADAS	31
→ CAPÍTULO 5 VOZ E VEZ: FALA E REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES NA IMPrensa SINDICAL PARANAENSE.....	40
→ CAPÍTULO 6 ESTUDO QUANTITATIVO DAS SOLICITAÇÕES DE MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.....	53
→ ÍNDICE REMISSIVO	78

Produção de arroz na região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Roraima

Recebido em: 13/04/2020

Aceito em: 20/04/2020

 10.46420/9786599064173cap1

Hudson do Vale de Oliveira^{1*}

Eli Carlos de Oliveira²

Édison Miglioranza³

INTRODUÇÃO

A Terra Indígena Raposa Serra do Sol está localizada ao nordeste do Estado de Roraima, fazendo fronteira com a Guiana Inglesa e a Venezuela. De acordo com dados do Conselho Indígena de Roraima (CIR), a região apresenta uma população de 23 mil índios, pertencentes as etnias macuxi, wapixana, ingarikó, taurepang e patamana, divididos em 170 comunidades distribuídas nos municípios de Pacaraima, Uiramutã e Normandia, compreendendo uma área de 1,7 milhões de hectares (Portal G1, 2009; Portal G1, 2014).

As discussões acerca da homologação da região denominada Terra Indígena Raposa Serra do Sol envolvem vários segmentos e, portanto, deram margem a vários estudos dentro das mais diferentes áreas do conhecimento. Vale ressaltar que, na realidade, embora tenham diferentes focos, esses estudos acabam se complementando.

Monteiro (2010) ressalta que embora vários processos relacionados à demarcação de terras tenham sido julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nenhum deles apresentou tanta visibilidade quanto o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, especialmente chamando muita atenção da mídia em função de vários aspectos, tais como, por exemplo: as dimensões territoriais envolvidas no caso, o histórico dos conflitos na região e, especialmente, os impactos econômicos.

Em resumo, nas discussões sobre a homologação da região em questão, os indígenas buscavam o respeito à demarcação da terra indígena, com a saída dos não-índios da área da reserva, enquanto os produtores lutavam pela demarcação da reserva em “ilhas”. Assim,

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR)/Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO). Rua Prof. Nonato Chacon, N° 1976, Bairro Laura Moreira (Conjunto Cidadão), CEP: 69.318-000, Boa Vista, Roraima, Brasil.

² Engenheiro Agrônomo; Doutor Pesquisador da Empresa Omnia Brasil.

³ Professor Doutor da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

* Autor de correspondência: hudson.oliveira@ifrr.edu.br

poderiam continuar a ocupar as áreas utilizadas para o cultivo do arroz, principal produto agrícola do Estado, além de garantir acesso futuro a recursos minerais (Portal G1, 2009).

Do ponto de vista econômico e levando em consideração os dados apresentados pelos órgãos que fazem a mensuração da produção agrícola no Estado, observa-se que a demarcação da referida região, que se estendeu por mais de trinta anos, conforme destaca Monteiro (2010), ocasionou uma redução da área cultivada com a cultura do arroz no Estado e, conseqüentemente, promoveu uma redução da produção e da produtividade.

Após a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, alguns produtores de arroz ainda lutavam contra a decisão e, portanto, produziam na região. Por essa razão, em 2009, conforme informações do portal G1, o STF determinou a saída imediata dos produtores que ainda permaneciam na região demarcada. Os produtores, nessa época, após a decisão do STF, buscavam ficar na região, pelo menos, até o final da colheita do arroz (Portal G1, 2009).

Assim, a produção de arroz na região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, se configura como uma região de suma importância dentro do histórico da produção de arroz no Estado, especialmente porque após a sua demarcação essa produção passou por alguns momentos difíceis, tendo uma redução considerada, em virtude da diminuição das áreas de cultivo.

Nesse contexto, o objetivo deste capítulo é realizar um diagnóstico da produção de arroz na região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo pode ser considerado de caráter misto, uma vez que envolve os aspectos quantitativos e qualitativos (Gatti, 2012). Além disso, apresenta abordagem exploratória e descritiva. Exploratória no sentido não de estabelecer, necessariamente, conclusões, mas de possibilitar uma melhor compreensão acerca da análise proposta. O aspecto descritivo relaciona-se ao fato de descrever, dentro do viés qualitativo da análise, o diagnóstico pretendido, inclusive utilizando-se, para isso, de uma revisão de literatura acerca das temáticas abordadas no estudo (Gil, 2010).

Para realizar o diagnóstico da Produção de Arroz na região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, os dados de Área cultivada ($*10^3 \text{ ha}^{-1}$), Produção ($*10^3 \text{ t}$) e Produtividade ($*10^3 \text{ kg ha}^{-1}$) de arroz em casca foram coletados e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela Secretaria de Estado de Planejamento e

Desenvolvimento de Roraima (SEPLAN/RR), bem como por outras instituições do Estado relacionadas com a produção agrícola e com a região em questão.

Além disso, é importante destacar que algumas informações também foram coletadas em veículos de comunicação do Estado como, por exemplo, jornais de grande circulação e junto a produtores, especialmente por meio da Associação dos Arrozeiros de Roraima (AARR), inclusive pelo presidente da referida associação.

Na Figura 1 é apresentada a extensão territorial da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima.



Figura 1. Extensão Territorial da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. Fonte: Vieira et al. (2011).

O estudo abordou a realização de uma análise sobre a produção de arroz na referida região, ao longo dos anos, especialmente fazendo uma rápida análise dessa produção após a demarcação da região, em 2005, e, principalmente, após a efetiva determinação do STF relacionada à saída imediata dos produtores da região.

Para a realização do processamento e do tratamento dos dados coletados foram utilizadas planilhas desenvolvidas no aplicativo Microsoft Excel[®] adotando-se, portanto, a análise por meio de estatística descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol engloba os municípios de Pacaraima (norte), Uiramutã e Normandia (nordeste), que tem se configurado, antes da demarcação da região, como os maiores municípios produtores do Estado. Nesse sentido, não é difícil constatar o impacto da demarcação dessa região na redução da área plantada de arroz e, conseqüentemente, na produção e na produtividade deste cereal, especialmente em função da qualidade do solo dessa região, conforme mencionado por produtores.

Segundo dados do IBGE (2014), as regiões norte e nordeste do Estado de Roraima, onde estão inseridos os municípios de Pacaraima, Normandia e Uiramutã são as que apresentavam, entre 1997 e 2012, a maior produtividade (Figura 2).

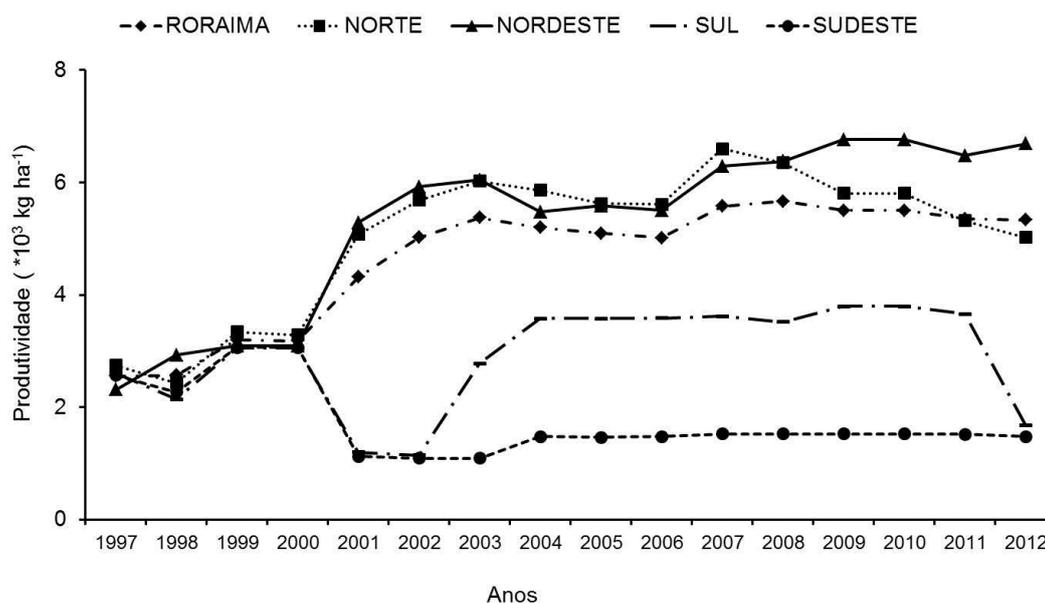


Figura 2. Produtividade de arroz em casca nas principais regiões produtoras do Estado de Roraima, 1997 – 2012. Fonte: IBGE (2014).

Observa-se que, no período considerado, as regiões norte e nordeste apresentaram sempre valores muito próximos com relação a produtividade. Apenas a partir do ano de 2008 é que a região nordeste superou a região norte. No período considerado, a média do rendimento nas regiões norte e nordeste foram de 5.036 e 5.287 kg ha⁻¹, respectivamente (IBGE, 2014).

Com relação a produção e a área cultivada, as regiões em questão também apresentaram destaque, acompanhando, portanto, o comportamento da produtividade.

No período considerado, a média da produção na região norte e nordeste, respectivamente, era de 31.042 e 47.964 toneladas. A região nordeste passou a apresentar uma maior produção, se comparada a região norte, a partir do ano de 2004, possivelmente em função de dois municípios que fazem parte da reserva indígena estarem inseridos nessa região (IBGE, 2014).

Com relação a área cultivada, a região nordeste superou a região norte, a partir do ano de 2003. No período considerado, a média das áreas plantadas nas regiões norte e nordeste foram de 6.284 e 8.609 ha, respectivamente (IBGE, 2014).

Detalhando as considerações acerca das regiões norte e nordeste do Estado de Roraima, é possível observar a evolução da produção e da produtividade nos três municípios que fazem parte da região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. No caso do município de Uiramutã é apresentada também a área plantada (Figuras 3, 4 e 5).

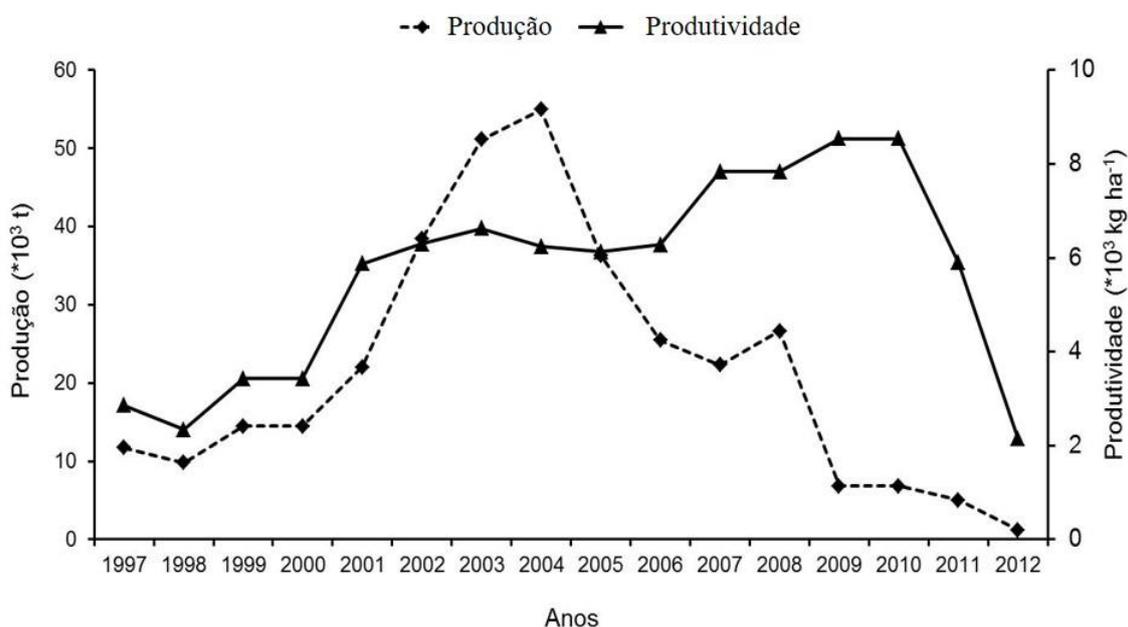


Figura 3. Produção e produtividade de arroz em casca do município de Pacaraima na região Norte de Roraima, 1997 – 2012. Fonte: IBGE (2014).

É possível observar, na figura relacionada ao município de Pacaraima (Figura 3), que embora a produção tenha tido uma redução a partir de 2004, apresentando leve aumento em 2008 e, logo após, novas quedas, a produtividade sempre foi aumentando, com redução drástica apenas a partir de 2010. Esse comportamento de redução possivelmente ocorreu em virtude da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Com a obrigação de abonar

as terras indígenas da região, especialmente por decisão do STF, em 2009, os produtores diminuíram as suas áreas de cultivo e, conseqüentemente, a produção também foi reduzida afetando, portanto, a produtividade.

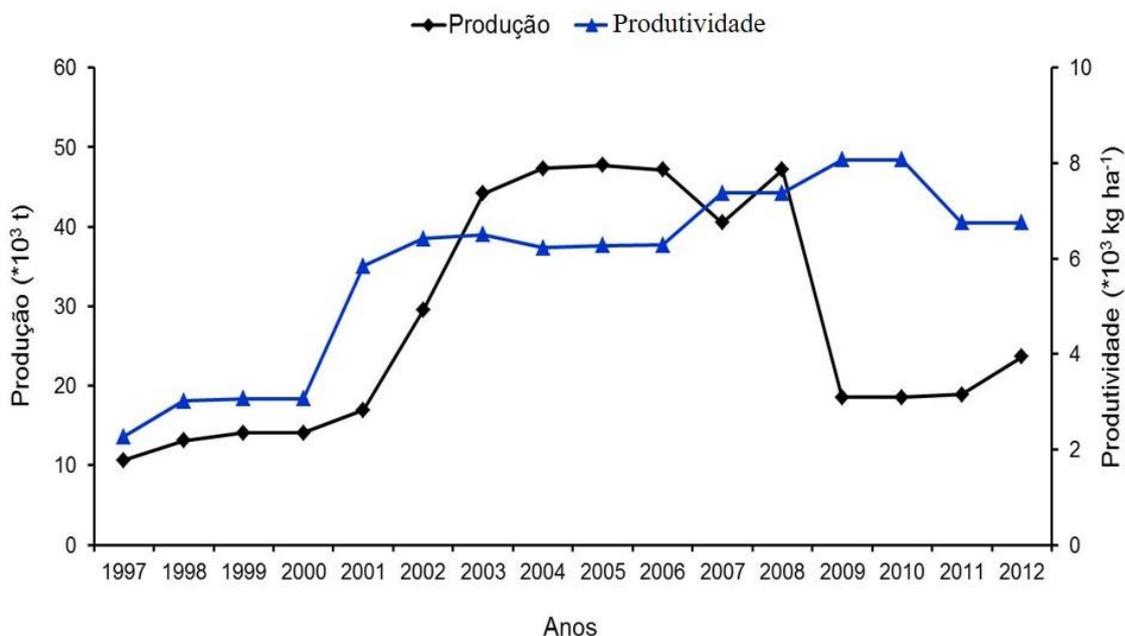


Figura 4. Produção e produtividade de arroz em casca do município de Normandia na região Nordeste de Roraima, 1997 – 2012. Fonte: IBGE (2014).

No que se refere a figura relacionada ao município de Normandia (Figura 4), é possível observar que a produtividade se manteve praticamente a mesma dentro do período entre 2001 e 2006 e entre 2007 e 2012. A produção passou a reduzir drasticamente a partir de 2008, apresentando leve aumento em 2012. A justificativa para a redução em questão também se deve a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Porém, observa-se que, se comparado ao município de Pacaraima, a redução da produção, no período considerado foi menor (Figura 3).

No gráfico relacionado ao município de Uiramutã (Figura 5), observa-se comportamento diferente dos outros dois municípios que fazem parte da região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesse sentido, observa-se que os três aspectos (área cultivada, produção e produtividade) mantiveram praticamente os mesmos valores no período entre 2004 a 2010. Nos anos seguintes, a produtividade se manteve praticamente a mesma, houve um aumento na produção com leve queda em 2012 e, com relação a área cultivada, houve aumento em 2011 mantendo-se o aumento em 2012.

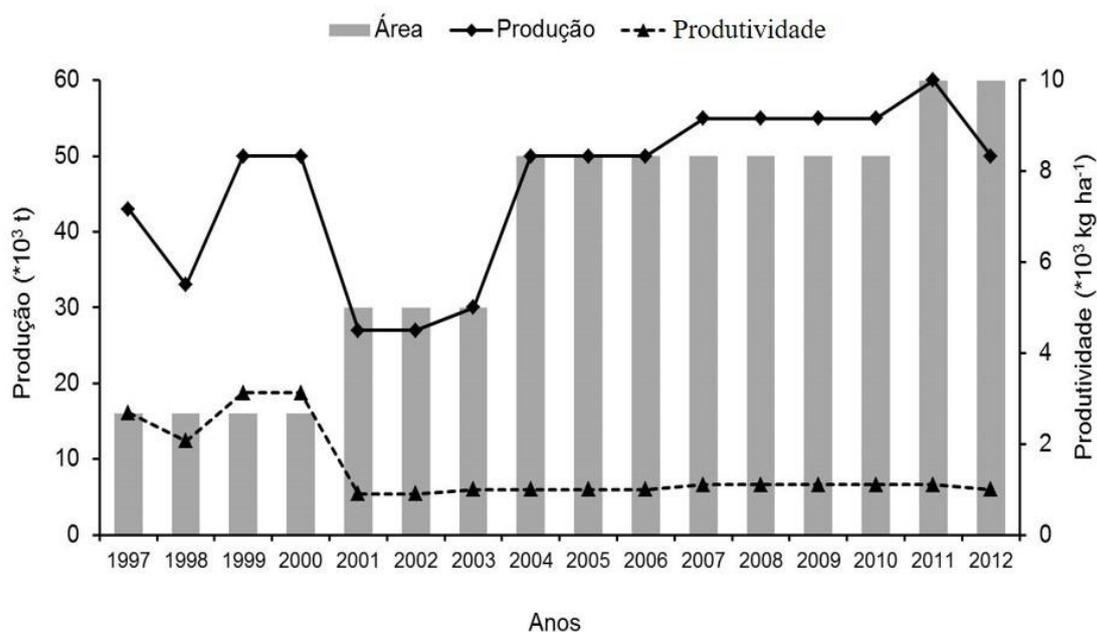


Figura 5. Área cultivada, produção e produtividade de arroz em casca do município do Uiramutã na região Nordeste de Roraima, 1997 – 2012. Fonte: IBGE (2014).

O portal G1/Roraima apresenta informações relacionadas a redução da produção de arroz em virtude da retirada dos produtores da região demarcada. Os produtores de arroz alegam prejuízos e afirmam que a produção do grão está estagnada (Portal G1, 2014). Segundo informações dos produtores da Associação dos Arrozeiros de Roraima (AARR), os produtores de arroz ainda tentaram se reerguer, porém estavam limitados. Ressaltam, ainda, que os produtores de arroz emigraram do Estado, devido as dificuldades encontradas (Portal G1, 2014).

Em função da demarcação da reserva indígena, produtores da AARR destacaram que as áreas disponibilizadas pela União não suportavam a produção, pois mediam aproximadamente de 50 a 300 hectares. Além disso, a qualidade do solo na Terra Indígena Raposa Serra do Sol é um dos benefícios mencionados pelos produtores, os quais afirmam não dispor desta qualidade nas áreas que foram disponibilizadas para a realização do cultivo. Em todo caso, os produtores ressaltaram que adotaram soluções tecnológicas e alcançaram mais 2 mil hectares de área plantada, ou seja, passando de um total de 9 mil para 11 mil hectares (Portal G1, 2013).

Segundo o Portal G1 (2013), quatro anos após a desocupação das Terras Indígenas da Raposa Serra do Sol, os produtores que antes ocupavam a referida região relataram prejuízos na produção que passou a ser realizada em áreas menores em diversos municípios do Estado como, por exemplo, o de Bonfim, considerado maior produtor do Estado.

Além disso, com redução de aproximadamente 9 mil hectares no cultivo do arroz, os produtores reclamaram sobre a falta de estrutura e de incentivo para alavancar a produção da cultura, especialmente porque, para os produtores, a indenização do governo federal, em função da obrigatoriedade de sair da região demarcada, não foi adequada para cobrir os investimentos realizados nas antigas áreas instaladas na reserva indígena, intensificando, dessa forma, os prejuízos destes (Portal G1, 2013).

Destaca-se que quando da saída dos produtores da região demarcada, a produção do arroz irrigado era realizada em 20 mil hectares. Porém, com a retirada dos produtores, houve uma estagnação da produção, pois a área plantada passou a ser de 11 mil hectares. Nesse sentido, os produtores destacaram que as áreas para o cultivo do arroz eram bastante limitadas; assim, a mudança das áreas de produção de arroz tornou-se inviável e gerou prejuízos.

Por outro lado, alguns produtores destacaram que embora a cultura do arroz tenha passado por grandes dificuldades, em função da obrigatoriedade dos produtores deixarem a área demarcada nas Terras Indígenas da Raposa Serra do Sol e, dessa forma, tenham reduzido as áreas de produção, ocorreu uma compensação em função da utilização de cultivares altamente produtivas. Assim, foi possível aumentar a produtividade, ainda que em áreas menores de cultivo da cultura.

CONCLUSÕES

Os aspectos área cultivada, produção e produtividade sofreram redução tendo em vista a demarcação das Terras Indígenas da Raposa Serra do Sol, ocasionando, conseqüentemente, uma adaptação forçada dos produtores de arroz que se viram obrigados a deixar a região demarcada passando a produzir em outras áreas, algumas destas disponibilizadas pelo governo.

Apesar da expulsão dos produtores da região da reserva indígena, ocasionando drástica redução dos aspectos mencionados, estes buscaram se reerguer na atividade promovendo, dessa forma, a sua continuidade por meio de alternativas que fortalecessem a produção como, por exemplo, utilizando cultivares mais produtivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Gatti BA (2012). *Abordagens quantitativas e a pesquisa educacional*. Fundação Carlos Chagas, USP. 15p.
- Gil AC (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5ª ed. São Paulo: Atlas. 220p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

agressor, 52, 53
assistência farmacêutica, 24, 27

B

bem-estar, 14

C

CAPS, 24, 26, 27, 28
contabilidade, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36,
37
CRC-GO, 32, 33, 36

E

estresse térmico, 17
ética profissional, 31

F

fontes de informação, 43, 50

I

imprensa sindical, 40, 41, 43, 45, 47, 49
infrações, 33

L

Lei Maria da Penha, 52, 53, 54, 57

P

penalidades, 32, 36
produção, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 44,
49
produtividade, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 30

R

reserva indígena, 9, 11, 12

S

saúde mental, 23, 25, 26
suinocultura, 14, 15

T

TJMS, 54

V

violência doméstica, 52, 55, 59, 61
vítima, 52



Alan Mario Zuffo

Graduado em Agronomia pela UNEMAT. Mestre em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) UFPI. Doutor em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) UFLA. Pós-Doutorado em Agronomia na UEMS. Prof. UFMS em Chapadão do Sul.



Jorge González Aguilera

Graduado em Agronomia pelo ISCA-B (Cuba). Especialista em Biotecnologia pela Universidad de Oriente (Cuba). Mestrado em Fitotecnia e Doutorado em Genética e Melhoramento pela UFV e Post Doutorado na Embrapa Trigo. Prof. UFMS em Chapadão do Sul.



Bruno Rodrigues de Oliveira

Graduado em Matemática pela UEMS. Mestrado em Engenharia Elétrica UNESP-Ilha Solteira e Doutorado em andamento na mesma instituição. Distribuidor/Contador no TJMS. Pesquisador independente.

ISBN 978-659906417-3



Pantanal Editora
Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br